



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACS
CURSO DE PSICOLOGIA

AS EMOÇÕES SOB A PERSPECTIVA DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

FERNANDA DE MORAIS CARVALHO

BRASÍLIA
JUNHO/ 2004

FERNANDA DE MORAIS CARVALHO

AS EMOÇÕES SOB A PERSPECTIVA DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

Monografia apresentada
como exigência para a
conclusão do curso de
graduação em Psicologia
Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da
Saúde – FACS
Orientador: Maurício S.
Neubern

Brasília/DF, Junho de 2004

RESUMO

Este trabalho visa desenvolver uma análise crítica sobre a construção do conhecimento em torno das emoções, de forma a revelar conceitos e aspectos contraditórios sobre um tema, até hoje explorado por muitas escolas da psicologia, de forma superficial e simplificadora. Na primeira parte, serão apresentadas as principais influências do paradigma dominante na exclusão da subjetividade, no desenvolvimento da psicologia enquanto ciência e no estudo das emoções. Inspirando-se principalmente na obra de Morin (1998), serão destacados, em um segundo momento, os principais fatores desencadeadores de crise no cenário científico e de que maneira essa crise propiciou à emergência da complexidade permitindo uma reformulação de pensamento no que diz respeito ao estudo das emoções. Nesse sentido, busca-se uma articulação teórica em que seja possível abarcar a complexidade epistemológica da emoção, destituindo-a de noções simplificadoras e mutiladoras. No entanto, é preciso salientar que o desafio maior encontra-se em manter-se um diálogo incessante entre as diversas teorias, para não engendrar, nem mesmo esgotar a complexidade inerente ao tema.

Palavras-Chave: emoções; complexidade; subjetividade; paradigma.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| RESUMO | iii |
| INTRODUÇÃO | 05 |
| CAPÍTULO 1 – Ciência Moderna Dominante | 08 |
| 1.1 Paradigma Simplificador: Exclusão da Subjetividade | 08 |
| 1.2 As Emoções e limitações epistemológicas da Psicologia Moderna | 14 |
| CAPÍTULO 2 – Crítica ao Paradigma Dominante | 22 |
| 2.1 Rupturas do “Edifício Científico” | 22 |
| 2.2 Emergência do Paradigma da Complexidade | 26 |
| 2.3 Perspectivas complexas no Estudo das Emoções | 30 |
| CONCLUSÃO | 40 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 43 |

Na tentativa de elucidar as emoções, muitas teorias da psicologia moderna recaíram sob o reducionismo epistemológico tentando compreendê-las segundo processos meramente biológicos, cognitivos ou como algo que deveria ser controlado e/ou eliminado. Baseando-se principalmente nas obras de Neubern (1999; 2000; 2001), González Rey (1999; 2000; 2003), Santos (2003) e Morin (1998) busca-se desenvolver neste trabalho, uma compreensão epistemológica que esquive-se das noções simplificadoras e generalizantes de forma a delegar à emoção o seu valor como um processo constitutivo da realidade humana.

A psicologia, inspirada principalmente pelo forte teor determinista e mecanicista, nasceu sob forte influência do paradigma simplificador sofrendo ampla descaracterização em seu objeto de estudo: a subjetividade. A necessidade de seguir os moldes e padrões científicos, que preconizavam a lógica matemática e um método que privilegiasse a medição e a validação de dados estatísticos afetou consideravelmente a psicologia de forma a excluir e invalidar processos como a subjetividade. Isso proporcionou uma visão em que a subjetividade simbolizasse uma ameaça contra o saber científico fundamentalmente calcado em uma realidade ordenada, estática e a-histórica. Ela não pode ser coisificada, pois ela é constituinte das diversas formas da existência humana e, simultaneamente, se constitui nelas devendo ser compreendida em sua processualidade real.

González Rey (1999) buscou compreender as emoções integrando os aspectos complexos, dinâmicos e processuais da mesma, enfatizando que o tema da subjetividade tem influenciado na representação do psiquismo como um conjunto de processos fragmentados. Sob essa perspectiva equivocada, muitos autores dominados por uma postura neutra (levada pela tendência empirista e positivista predominante nas comunidades científicas) excluíram a emoção dos processos de construção do conhecimento. Essa visão contribuiu, em grande parte, para considerar as emoções mais como produto do que como uma realidade constitutiva e irreduzível da subjetividade humana (Gonzalez Rey, 1999).

Conforme afirmou González Rey (2000) o estudo das emoções e das categorias estreitamente relacionadas com elas, foram um dos aspectos menos abordados pela Psicologia, em virtude das influências racionalistas e positivistas

dominantes em todo o âmbito da cultura ocidental. Da mesma maneira, as emoções como processos inerentemente subjetivos passam a ser submetidos a reduções tanto no que diz respeito a relações neurológicas como nas construções da linguagem. As principais restrições que o paradigma da simplificação trouxe no estudo das emoções revelaram as inúmeras disjunções em que a emoção foi sendo isolada dos processos subjetivos para ser convertida em um átomo e mutilada em numerosas características, como o processual e as demais articulações. Neubern (1999) identifica essa lacuna e revela que para serem consideradas como objeto de estudo, as emoções não foram concebidas como uma dimensão própria com relativa autonomia, mas foi considerada como um subproduto de outras dimensões, tais como o pensamento, as respostas corporais e o sistema nervoso. O próprio autor faz uma ressalva nessa questão, dizendo:

“As emoções eram, então, forçosamente integradas em um conjunto conceitual que desconsiderava importantes zonas de sentido de seu dinamismo e lhe atribuíam condições que, numa perspectiva complexa própria a seu estudo, estavam distantes dessas mesmas zonas. A regularidade, a generalidade, a materialidade, o substancialismo, e os pressupostos psicométricos são bons exemplos sobre tais condições” (p.148).

Na segunda parte, considerando as reflexões efetuadas por Morin (1998) e Santos (2003) no que diz respeito a crise do paradigma simplificador, e a emergência do paradigma da complexidade visa-se enumerar os diversos fatores relacionados a esta crise paradigmática. A partir dessa reflexão, serão relacionadas as diversas contribuições desses autores para uma compreensão abrangente e complexa nessa nova forma de conceber a ciência de maneira a traçar formas de construção de pensamento que possam dialogar com uma realidade viva, presente no cotidiano, que sente, decide, pensa sonha, mas que até o momento permanece, enquanto ser integral, uma incógnita diante do conhecimento que ela mesma criou (Neubern, 2001).

Em suma, torna-se imprescindível refletir e articular as diversas correntes da psicologia, expondo as concepções referentes ao tema, além de tentar efetuar uma aproximação teórica que represente uma compreensão mais completa dos processos emocionais. Para isso, é necessário que se crie um contexto

epistemológico, teórico e metodológico que permita as diversas expressões subjetivas em que as emoções se organizam para serem qualificadas numa linguagem coerente com sua complexidade (Neubern, 1999).

1) CIÊNCIA MODERNA DOMINANTE

“A abordagem da psicologia, entendida como ciência natural, caracteriza-se essencialmente por ser empírica, positivista, reducionista, quantitativa, genérica, determinista e previsível, e por postular as idéias de observador independente”.

Giorgi (1978; citado em González Rey, 2003, p.71).

1.1) Paradigma simplificador: Exclusão da subjetividade

Até o século XIX, em pleno cientificismo, o homem estava ciente de sua capacidade de conhecer o mundo pela ciência, cujas teorias pareciam adequar-se perfeitamente à realidade percebida pelos sentidos. A ciência moderna com seu modelo de racionalidade constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI, e desenvolveu-se nos séculos seguintes sob o domínio das ciências naturais. A partir do século XIX este modelo se estendeu para as ciências sociais emergendo nesse ínterim, dois pólos distintos de conhecimento - senso comum e as chamadas humanidades – que se caracterizava fundamentalmente pela negação do caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautassem pelos seus princípios e regras epistemológicas (Santos, 2003). O modelo da física newtoniana era considerado a imagem absolutamente verdadeira do mundo tendo como pressupostos o mecanicismo e o determinismo, ou seja, pressupunha que o mundo da matéria seria uma máquina cujas operações poderiam ser determinadas precisamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático onde a ordem e a estabilidade do mundo seria a pré-condição da transformação tecnológica do real (Santos, 2003). O autor acrescenta que a ciência filosófica que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo as suas primeiras formulações instituiu apenas duas formas de conhecimento científico: as disciplinas formais da lógica e matemática e as ciências empíricas. Fica evidente que no método científico conhecer significava dividir e classificar, para em seguida determinar relações sistemáticas entre o que se separou. No fragmento abaixo, Santos (2003) pondera sobre a universalidade do tão aclamado método científico:

“A natureza teórica do conhecimento científico decorre dos pressupostos epistemológicos e das regras metodológicas já referidas. É um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vistas a prever o comportamento futuro dos fenômenos” (p.29).

Essa é justamente a questão que emerge como forma de reflexão, no sentido de se questionar a condição de reinado absoluto da ciência no cenário da sociedade ocidental e como esse fator influenciou no delineamento da Psicologia e na exclusão da subjetividade. Conforme observou Neubern (2001), o pensamento científico não indaga sobre questões históricas, culturais, sociais, além do que “... era preciso que tais dimensões fossem vistas como exteriores à construção científica, pois a assepsia conceitual e metodológica era uma condição necessária para seu sucesso” (p.242). O caminho tomado pela psicologia que particularmente almejava o reconhecimento científico e ainda influenciado pelo pensamento cartesiano (Descartes - ênfase no cogito), estabeleceu-se a validade do conhecimento científico, como únicos meios de estudo do ser humano. Essa supervalorização dos métodos científicos, e separação entre o que era e o que não era ciência, limitou em grande medida a compreensão da realidade no sentido de considerá-la estática, ordenada, a-histórica, organizando-se em torno de leis invisíveis e universais (Neubern, 2000).

Nesse contexto, na tentativa de abraçar a utopia da aquisição de um conhecimento confiável e comprometido com o ideal de verdade, a ciência, propiciou a submissão da subjetividade humana, conforme observou Neubern (2001), a um duplo processo de exclusão, ora como momento de construção do saber e ora como objeto de estudo, pois a mesma, acabou sendo considerada uma ameaça contra o saber determinante passando assim por múltiplas disjunções e reduções. Ao fazer referência a importância da história ocidental no progresso da ciência e da tecnologia, Morin (1998a) expõe a dupla característica da ciência onde prevalece o pensamento disjuntivo e dissociativo como motor fundamental para o conhecimento científico. Essas disjunções e separações no campo da ciência impediram uma compreensão do fator humano como ser cultural, psicológico, biológico e físico, ou seja, de caráter multifacetado e complexo. Nessa perspectiva, a ciência de um lado privilegiou os aspectos ligados à objetividade, valorizando tudo aquilo que era passível de mensuração; e do outro lado, encontrava-se a subjetividade, os processos mentais e “espirituais” em um patamar abaixo, sendo equivalentes ao senso comum e de cunho não-científico. Nesse sentido Morin (1998a) salienta a necessidade de se promover uma comunicação entre esses domínios científicos sem, contudo, cair no reducionismo.

Aranha e Martins (1993) apontam alguns aspectos decisivos que dificultaram a definição de uma metodologia nas ciências humanas: 1) *complexidade* inerente aos fenômenos humanos, pois o comportamento humano é resultado de múltiplas influências; 2) *experimentação*, pois existe uma grande dificuldade em controlar e prever os atos humanos, principalmente dentro de um laboratório; 3) *matematização*, em virtude dos fenômenos serem essencialmente qualitativos; 4) *subjetividade*, no sentido de ser extremamente difícil a separação entre a subjetividade do observador e do sujeito. Enquanto as outras ciências possuem como objeto de estudo algo que se encontra fora do sujeito que conhece, a psicologia tem como objeto o próprio ser que conhece. Essa forma de análise implicou, portanto, em reafirmar a dificuldade que ainda hoje se depara que é o de definir a psicologia como ciência. A influência dessa atitude simplificadora conduziu a progressos na física, como a descoberta do átomo e da partícula, mas por outro lado, fica inviável utilizar o mesmo método para analisar o ser humano, pois não existe uma fórmula preestabelecida e mágica para o acesso da subjetividade de cada um e muito menos se pode advogar uma certeza inabalável frente a complexidade e imprevisibilidade do próprio ser humano.

Assumindo o caráter provisório do conhecimento dado, Aranha e Martins (1993) salientam que esse tipo de conhecimento tende a "... esclerosar-se no hábito, nos clichês, na ideologia e na rigidez das escolas - no caso da filosofia e ciência - e por este motivo o conhecimento precisa ser revitalizado pela construção de novas teorias" (p.22). Hoje na psicologia, sucede-se que o principal paradoxo encontra-se justamente no estudo do humano que permeado por sua singularidade e complexidade não pode ser reduzido ou estudado de forma fragmentada e isolada de seu contexto, caindo nas falhas do reducionismo. Fazendo uma analogia entre a impressão digital e o ser humano, Fromm (1987) diz que do mesmo modo que as impressões digitais são únicas, também é o ser humano, impassível de ser definido ou enquadrado em uma estrutura psicológica específica. No fragmento abaixo, o autor descreve a impossibilidade de uma compreensão total do ser humano:

"Nem mesmo um simples ato do comportamento pode ser completamente definido. Ninguém pode descrever plenamente a expressão de interesse, entusiasmo, biofolia, ódio ou narcisismo que se vê nos olhos de outra pessoa, ou a variedade de expressões faciais, trejeitos, posturas e entonações que caracterizam as pessoas" (p. 97).

Identificando a influência do paradigma simplificador na psicologia, Neubern (2000), aponta que mesmo tendo o ser humano como objeto complexo de estudo, a psicologia se vê constituída com base em noções simplificadoras que implicam em consideráveis mutilações em seus objetos de estudo. E enquanto ciência, a psicologia encontra-se rodeada por vários campos de produção, constituída em seu âmago por uma gama de teorias e metodologias até então, desprovidas de um diálogo entre si. Segundo esse viés é possível discutir até que ponto é possível afirmar que a psicologia, imbuída de um forte teor de inspiração do paradigma científico ocidental, realmente efetivou estudos e teorizações condizentes com a complexidade da subjetividade humana e/ou complexidade dos processos emocionais (Morin, 1991/1998; Santos, 1987 citado em Neubern 2003).

Gonzalez Rey (1996/1997) levanta as limitações advindas do empirismo, e segundo ele, as diferentes escolas têm proporcionado uma compreensão teórica que privilegia as referências das próprias teorias em detrimento do cenário dos sujeitos. Dessa forma, conforme assinala Neubern (1999), todas as expressões e indicadores da subjetividade que remontam a sentidos e configurações muito próprias, e singulares nas vivências dos sujeitos, passam a ser enquadrados em esquemas artificiais próprios da teoria que possuem um sentido considerável no seio da comunidade científica que permanece alheia à organização subjetiva destes enquanto sujeitos.

Em relação aos fatores decisivos e marcantes no delineamento da psicologia como ciência, González Rey (2003) enfatiza a forte influência do contexto norte-americano no desenvolvimento da mesma. O autor critica a psicologia norte-americana acentuando que a mesma forjou suas próprias bases teóricas ao separar radicalmente a nascente psicologia alemã de suas raízes e cita as principais características dessa “psicologia moderna”: a tendência experimental objetiva (estruturalismo de Tichener), a tendência à quantificação de Cattell, o funcionalismo de Dewey e o pragmatismo de James, que sintetiza a emergência das investigações de Thorndike introduzindo a orientação biológica nas investigações psicológicas. Além desses fatores, nota-se ainda o surgimento de uma orientação psicométrica, representado pelo modelo de Galton, que infelizmente foi um dos responsáveis pela criação dos rótulos dentro do exercício da psicologia trazendo à tona a seguinte

afirmação: "... o definitivo da psique era aquilo que poderia ser estatisticamente significativo em grandes grupos, sobre o qual poderiam extrair-se leis psicológicas" (González Rey, 2003, p.9). Como bem colocado pelo autor, verifica-se que essa tendência de privilegiar o empírico e desconsiderar a teoria afetou profundamente os vários campos da psicologia, pois acabou por eliminar a condição singular dos sujeitos concretos, assim como a especificidade qualitativa dos grupos, que perderam sua identidade. O problema maior encontra-se, portanto, no domínio unilateral de uma dimensão quantitativa ateórica em detrimento de uma especificação qualitativa do fenômeno psicológico, ausente tanto no nível individual, como no social.

Conforme exposto acima, prevalece na ciência tradicional uma inegável influência do empirismo e a busca de uma verdade única e irrevogável e, nesse cenário, com o objetivo de seguir os moldes típicos do pensamento científico a psicologia buscou compreender e estudar o homem encapsulando-o segundo teorias psicológicas universalistas. Seguindo essa visão, alguns autores postularam que as perspectivas científicas propõem um conjunto exclusivo de premissas, métodos, ou legitimam questões como apropriadas à ciência genuína ignorando, denegrindo ou desacreditando os pontos de vistas alternativos (Campbell, 1975; Conway, 1984; Kuhn, 1977 citado em Mahoney, 1985). A herança da objetividade científica nas ciências comportamentais, por exemplo, transparece sob a forma do papel central dado à observação. O Behaviorismo pretendia atingir o ideal positivista pelo qual a psicologia, para se tornar ciência, precisaria seguir o exemplo das ciências naturais, tornando-se materialista, mecanicista, determinista e objetiva. O domínio do behaviorismo nos Estados Unidos contribuiu, em grande medida, para aprofundar a natureza incompatível entre uma psicologia de base empírico-instrumental, característica dominante nos principais representantes da psicologia no século XX, e o desenvolvimento de uma psicologia de base teórico-dialógica (González Rey, 2003). O declínio do behaviorismo enquanto teoria coincidiu com o surgimento das ciências cognitivas e com a maturação das variedades modernas de humanismo (Mahoney, 1991).

A psicologia européia, representada pela Gestalt, criou condições para a eclosão de uma compreensão da subjetividade e do sujeito, mas em contrapartida,

adotou uma postura reducionista destacando apenas a importância do campo das experiências e o cérebro humano. González Rey (2003) define essa posição por meio do princípio do isomorfismo, em que "... a relação estrutural existente no campo da conduta cria nos indivíduos que a experimentam um campo cerebral equivalente, isomórfico" (p.20). Seguindo esse mesmo princípio, as correntes psicanalíticas com seu caráter universalista e essencialmente biologista, privilegiou o uso constante da rotulação e simplificação, assumindo forte tendência na supervalorização do sexo como pulsão. González Rey (2003) aponta que Freud não avançou na compreensão da natureza histórico-cultural do sentido subjetivo do corpo, nem na dimensão subjetiva das emoções humanas limitando-as dentro de seu modelo bioenergético de base sexual. No momento em que a psicanálise concebe elevada importância aos processos inconscientes e ao Complexo de Édipo, introduz um homem universal que está invariavelmente alheio a processos de subjetivação diante de condições sociais e históricas diferentes. Por outro lado, o autor defende que a psicanálise rompe definitivamente com o positivismo metodológico e deixa de se assentar no esquema de verificação ou falseabilidade, além de transcender epistemologicamente e metodologicamente por meio de estudos de caso, práticas anteriormente negligenciadas na prática científica.

Complementando o que não foi abordado nem na Psicanálise, nem no Behaviorismo, a Psicologia Humanista resgata o indivíduo como sujeito ativo e criativo, capaz de assumir suas decisões e ser dotado de potencial de auto-realização. O que se diferencia, portanto, da visão psicanalítica onde o sujeito seria uma expressão de forças inconscientes. O problema maior do humanismo desloca-se para a natureza universal do homem não reconhecendo o meio social como uma outra realidade, ou seja, como afirmou González Rey (2003): "não consegue dar conta nem dos aspectos ocultos nos discursos sociais implícitos, nem dos processos da subjetividade social e da forma como se expressam em nível individual, nem da organização subjetiva que impede ao homem a total visibilidade de sua constituição subjetiva" (p. 62). É interessante notar que o humanismo representa a escola que suprimiu as formas metodológicas antes preconizadas pelos behavioristas e positivistas relegando especial atenção à experiência imediata do homem como principal reveladora da realidade. Sua importância decorre ainda, no questionamento

dos problemas verdadeiramente humanos, contestando o valor metodológico dominante na psicologia.

Regida pelo paradigma dominante e com o objetivo de enquadrar-se na égide das exigências científicas, a Psicologia impôs simplificações a seus objetos de estudo em demasia e por esta razão sofreu grande descaracterização. Segue-se, portanto que a subjetividade foi e continua sendo marginalizada no cenário científico em virtude do próprio percurso da psicologia que em primeira instância seguiu o padrão e metodologia científicos dominantes. Neubern (2001) constata que “... boa parte das escolas e ramos dominantes da psicologia ainda se mantém presos a cosmovisões onde ela é marginalizada e concebida como um risco ao procedimento objetivo” (p.242). É notório que as teorias psicológicas em geral são incompatíveis com as múltiplas possibilidades de organizações subjetivas, primordialmente singulares dos sujeitos, e nesse sentido é preciso discorrer sobre o papel ativo do sujeito (com suas possibilidades de construção e escolha) e sobre os próprios processos emocionais como dimensões subjetivas fundamentais que precisam ser resgatadas no cenário científico (Neubern, 1999).

1.2 – As Emoções e Limitações Epistemológicas da Psicologia Moderna

O verdadeiro dilema da Psicologia enquanto ciência encontra-se no seu objeto de estudo ligados a subjetividade e conseqüentemente aos processos emocionais, onde persiste a grande dificuldade de manter-se fiel aos padrões confiáveis e válidos do conhecimento científico. Desse modo, para possuir uma metodologia adequada a uma teorização coerente com as exigências científicas, o conhecimento passa por um processo de depuração onde se afasta dele tudo aquilo que é ambíguo, contraditório e imprevisível, para se chegar a um conhecimento direto e isomórfico do real (Gergen, 1996; González Rey, 1997 citado em Neubern, 2000). Essa disjunção imposta pelo paradigma simplificador afetou o estudo das emoções de maneira significativa, pois para se enquadrar ao esquema determinista mecanicista predominante realizaram-se diversas rupturas e reduções do tema.

Com intuito de elucidar alguns mitos envolvidos na explicação das emoções, Mahoney (1998, p. 183) cita as seguintes correntes teóricas relacionadas ao tema:

1) as emoções têm sido em geral segregadas das funções mentais “superiores” e relegadas aos domínios de funcionamento inferiores ou animais; 2) as emoções têm sido caracterizadas como forças voláteis que motivam e/ou “levam” o indivíduo a agir de uma forma irracional e potencialmente destrutiva; 3) as emoções têm sido consideradas como sendo os “motores primordiais” nas interações entre pensamento e ação; 4) com raras exceções, a emocionalidade intensa tem sido considerada uma influência desorganizadora sobre a adaptação e o comportamento intencional; 5) as emoções “negativas” como a raiva, a ansiedade e a depressão têm sido caracterizadas como particularmente perigosas e, portanto, indesejáveis ou intoleráveis; 6) a grande maioria dos esforços profissionais para lidar com os padrões crônicos e agudos da emocionalidade intensa, tem buscado livrar, eliminar, regular/controlar, ou em menor medida – compreender esses padrões.

Com essa exposição, fica nítido o teor de explicações reducionistas relativo ao tema emoção, denotando uma despreocupação veemente dessas muitas correntes, em considerá-la de forma mais ampla e de construir uma concepção complexa da subjetividade humana. O retrato das emoções como elementos desenfreados e animalísticos contribuiu para a tradição racionalista fundada por Pitágoras, encorajando a doutrina da supremacia racional, que afirma que a razão e a racionalidade podem e devem controlar tudo que esteja abaixo delas no organismo humano, especialmente os sentimentos e as ações. A suposição de que *como você pensa, assim o sentirá*, estabeleceu as bases para o poder do pensamento positivo, aquilo que William James (1902, citado em Mahoney, 1998) chamou de *a religião da mentalidade*. Segundo Mahoney (1998) a teoria e a pesquisa sobre a emocionalidade são dominadas pelas ciências biológicas, onde os órgãos e os hormônios dos *sentimentos brutos* podem ser submetidos à apreciação química. Schultz e Schultz (1981) destacam a presença da obra de Darwin, que ressaltava a origem animal das emoções em diferentes tendências de psicologia, e que Darwin apontou que as expressões emocionais serviriam a funções práticas para os animais, embora não possuísem mais a mesma função para os humanos.

Seguindo uma perspectiva que privilegia uma explicação baseada em termos de respostas fisiológicas, Damásio (1996) estabelece uma distinção entre as emoções primárias, emoções secundárias e os sentimentos associados as emoções.

Segundo o autor, as emoções primárias envolveriam uma disposição inata para responder a certas classes de estímulos, controladas pelo sistema límbico; as emoções secundárias seriam aprendidas e envolveriam categorizações de representações de estímulos, associadas a respostas passadas, avaliadas como boas ou ruins. As estruturas do córtex cerebral seriam o substrato neural das emoções secundárias, mas a expressão dessas emoções também envolveria as estruturas do sistema límbico. Já os sentimentos seriam a experiência de tais mudanças associadas às imagens mentais da situação. Dessa forma a emoção estaria intimamente associada a memória, ou seja, ao contexto em que é adquirida na experiência individual. Segue abaixo um fragmento que representa especificamente o papel simplista que Damásio (1996) concebe a emoção, reduzindo-a ao arcabouço de mecanismos biológicos e cognitivos:

“Vejo a essência da emoção como a coleção de mudanças no estado do corpo que são induzidas a uma infinidade de órgãos por meio das terminações das células nervosas sob o controle de um sistema cerebral delicado, o qual responde ao conteúdo dos pensamentos relativos a uma determinada entidade ou acontecimento. Muitas das alterações do estado do corpo – na cor da pele, postura corporal e expressão facial, por exemplo – são efetivamente perceptíveis para um observador externo” (p.160).

Adotando posturas similarmente atomizadoras, Descartes argumentava em favor de uma explicação fisiológica em que as emoções nos seres humanos serviriam para mediar os estados físicos e mentais e Herbert Spencer (criador da metáfora do *transbordamento*) focou a intensidade das emoções e a sua relação proporcional à quantidade de movimento corporal observado, com os menores músculos sendo mais afetados do que os maiores (Mahoney, 1998). William James (citado em Mahoney, 1998) afirmava que as experiências emocionais não eram causadas pela percepção de um estímulo que surgia, mas sim pela percepção das próprias mudanças corporais e comportamentos evocados pela percepção. James acreditava, por exemplo, que para vivenciar o medo, primeiro ter-se-ia a visão do objeto, depois ocorreria a fuga, para finalmente o indivíduo sentir o medo. Todos esses autores apresentam uma visão em que se restringe a emoção a processos meramente fisiológicos caracterizando-a mais como produto do que como uma realidade constitutiva da subjetividade humana. Neubern (2000) alerta para o fato de

ser uma prática comum, amparar-se em leis gerais para explicar fenômenos como a emoção utilizando para isso, suas bases fisiológicas. A ausência de uma teoria mais ampla e dominante sobre a subjetividade pode ter contribuído para as diversas mutilações efetivadas sobre o tema das emoções.

Notando a importância das emoções no cenário do desenvolvimento psicológico e na mudança de padrões emocionais, Mahoney (1998) faz uma síntese (quadro I), de algumas das principais abordagens da psicologia e como cada uma focaliza o tema da emoção. É interessante observar no quadro exposto abaixo, as generalizações e rotulações vinculadas ao tema.

Quadro I – A visão das Emoções na diferentes abordagens Psicológicas (Mahoney, 1998, p. 195).

| TEORIA | VISÃO DAS EMOÇÕES | PATOLOGIA |
|----------------|---|---|
| PSICODINÂMICA | As emoções são expressões do “transbordamento” da energia psíquica em excesso, que amiúde, assumem a forma de sintomas neuróticos, impulsos de negação e mecanismos de defesa. | A doença e a disfuncionalidade são resultado do afeto “estrangulado” dos impulsos desenfreados e da inadequada descarga da energia psíquica. |
| COMPORTAMENTAL | As emoções são respostas condicionadas que podem servir como estímulos discriminativos para outras respostas. Elas amiúde proporcionam um indesejável efeito de desorganização sobre o comportamento. | Os padrões desadaptativos de comportamento emocional são os resultados de deficiências de habilidades e/ou uma história de condicionamentos patogênicos. |
| HUMANISTA | As emoções constituem valiosas experiências que guiam a sensação, a ação e a reflexão das pessoas. Os sentimentos “abastecem” tanto a ação quanto a consciência, ambos vistos como processos dinâmicos. | As disfunções desenvolvem-se quando as emoções são negadas, suprimidas ou interrompidas. |
| COGNITIVA | <u>Racionalista:</u> As emoções são produtos dos pensamentos e imagens, assim como das interpretações da percepção. | As emoções negativas são resultados dos padrões de pensamentos incorretos e irracionais. |
| COGNITIVA | <u>Construtivista:</u> As emoções são processos primitivos e poderosos de conhecimento que refletem os padrões da organização e desorganização da experiência individual. | Os padrões disfuncionais ou dolorosos da experiência emocional refletem as tentativas individuais imperfeitas para se adaptar e se desenvolver. Alguma desorganização emocional é ocasionada pelos estágios de reorganização sistêmica geral. |

Existe uma ênfase na caracterização da emoção segundo aspectos essencialmente positivos (humanismo) ou negativos (comportamental), com exceção da abordagem construtivista, que valoriza as emoções como principal representante de padrão de organização da experiência individual. Por outro lado, deve-se levar em consideração que a herança do empirismo dominante no panorama de desenvolvimento da psicologia acabou por promover nas diversas teorias da emoção

– acima relacionadas - uma necessidade de redução de conceitos amplos em conceitos mais simples com o fim de tornar o conceito “palpável” a inteligência humana. Neubern (1999) alerta para o fato de que para se adequar ao método científico os processos mais amplos teriam que sofrer mutilações com o intuito de delimitar-se as unidades o que acabava por implicar na exclusão das possibilidades de estudo das múltiplas interações dos sistemas subjetivos, além da total desconsideração do sujeito e sua história, de modo que a qualificação do emocional se dava em um laboratório, desconsiderando, portanto o sujeito e o seu contexto de vida. Esta tendência na psicologia é confirmada no estruturalismo de Tichener (Shultz & Shultz, 1981) em que os processos da consciência teriam que ser reduzidos a elementos ou unidades mais simples de análise de maneira que processos como amor, ódio, tristeza, pudessem ser enquadrados como objetos de estudo científicos, o que implicava na exclusão das possibilidades de estudo das múltiplas interações dos sistemas subjetivos e da desconsideração do sujeito e sua história. Aranha e Martins (1993) mencionam a dificuldade na busca da verdade nas ciências humanas, pois, “... a ciência seleciona o que lhe interessa conhecer e reduz as infinitas possibilidades do real, excluindo o sujeito com suas emoções e sentimentos” (p. 24).

Fromm (1987) aludindo para as conseqüências de um intelecto puramente científico e alienado, cita Charles Darwin que em sua autobiografia afirmou que até os trinta anos apreciava poesia, música e artes, porém com o passar dos anos perdeu todo o gosto por estas coisas, e salienta: “Meu espírito parece ter-se tornado uma máquina para captar leis gerais de grandes conjuntos de fatos...” (p.149). Discorrendo sobre a separação entre razão e emoção, Fromm (1987) discute que a supremacia do pensamento manipulativo cerebral correria junto com uma atrofia da vida emocional que por sua vez, seria um impedimento de funcionamento ideal. O autor critica a sociedade moderna considerando-a essencialmente de *caráter mercantil*¹ em que se evidencia um quadro contundente de subdesenvolvimento emocional em contraste com a proeminência do cerebralismo. R. May (1974, citado

¹ O termo caráter mercantil pode ser definido pelo emprego de um termo marxista, o caráter alienado; pessoas dotadas desse caráter são alienadas do trabalho, em si mesmas, de outros seres humanos, e da natureza (FROMM, 1987).

em González Rey, 2003), expõe suas inquietações referentes à problemática da exclusão das emoções e a primazia da razão persistente ainda no século XX:

“A dicotomia do espírito corpo do século XVII assumia agora a forma de uma separação radical entre razão e emoção, como o esforço voluntarista (vontade) entronizado como agente de decisão – e isto resultava, geralmente na negação das emoções. A crença do século XVII do controle racional das emoções se convertia agora no hábito de repressão das emoções. Esta falta de unidade cultural e psicológica iria produzir a falta de unidade interior e o trauma e, portanto, a ansiedade em um número imenso de pessoas no século XX” (p. 63).

É de se notar igualmente que as emoções foram e ainda são associadas as escolas dinâmicas, especialmente a psicanálise, incluindo trabalhos desenvolvidos na área da educação, da sociologia e antropologia que se apoiaram na psicanálise para desenvolver o tema das emoções (González Rey, 1999). O autor compreende que o tema da subjetividade humana tem influenciado na representação do psíquico com um conjunto de processos fragmentados e esta tendência reflete-se nitidamente na psicometria que pretendeu investigar os temas da psicologia levando em consideração apenas os aspectos metodológicos. Santos (2003) chama a atenção para o fato de que o rigor científico, por estar fundamentado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que ao quantificar, desqualifica; e ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, e que ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza. Pontuando justamente sobre essas influências epistemológicas no estudo das emoções González Rey (1999) salienta que:

“A resistência em se considerar a singularidade do objeto de estudo, foi influenciado pela padronização, medição, comparação e predição, todas elas advindas de uma epistemologia positivista, as quais, unidas à exigência da neutralidade do investigador, excluíram a emoção dos processos de construção do conhecimento, assim como dos aspectos importantes do objeto a ser estudado, pois não cumpriam com as exigências da metodologia dominante” (p. 02).

Essa discussão epistemológica em torno da emoção passa, portanto, por uma herança científica em que, conforme observou Neubern (1999), apesar dos

significativos avanços, parece não reconhecê-la enquanto uma dimensão subjetiva com relativa autonomia no seio de numerosos sistemas de interação, constantemente reconstruído. O autor faz uma crítica no que se refere aos aspectos que as diversas teorias da emoção pecam ao não considerarem o sujeito e sua história:

“A princípio a busca da emoção em um nível geral e amplo pode consistir em um isolamento do próprio cenário singular do sujeito em um nível individual e social. Frequentemente, as teorias sobre a emoção têm se esquivado de um diálogo mais próximo com as exigências da subjetividade enquanto objeto de estudo, de modo que diversas sutilezas que, só poderiam ser qualificadas no cenário do sujeito, são contextualizadas em um plano teórico à parte e distante de sua vida cotidiana e, principalmente, dos sentidos que possui para o próprio sujeito” (Neubern, 1999, p.10).

Nesse sentido, as limitações impostas pelo paradigma simplificador no estudo das emoções, fundamentalmente em seus aspectos conceituais e epistemológicos, implicou em uma compreensão pobre e reducionista da mesma. Neubern (2000) identifica de forma sintetizada, as conseqüências do paradigma simplificador no conhecimento e nos estudos das emoções: a) disjunção sujeito-objeto; b) reducionismo a uma única forma de compreensão na construção do pensamento. Em virtude dessa subdivisão do real e da influência sutil do paradigma simplificador, o estudo das emoções foi afetado diretamente, pois foram definidas, em termos passíveis de mensuração (através de comportamentos verbais ou motores, única forma de acesso pela observação científica) sofrendo descaracterização no que diz respeito ao seu caráter irregular, processual e contraditório (González Rey, 1997).

Segue-se, portanto, que as emoções como processos inerentemente subjetivos acabaram sendo concebidas através de noções incoerentes com suas condições, pois em alguns momentos preside-se do universalismo e em outros momentos são absorvidas nas relações neurológicas ou nas construções das linguagens, e por fim as subjugam a um isomorfismo arbitrário dos procedimentos estatísticos desconsiderando sua condição subjetiva que implica numa articulação com os demais processos envolvidos sem se esgotar em nenhum deles e nas qualidades complexas emergentes dessas relações (Neubern, 2001).

CAP II – CRÍTICA AO PARADIGMA DOMINANTE

2.1 – Rupturas do “Edifício” científico

Rousseau (citado em Santos, 2003) ao contrariar o cientificismo predominante, sustenta que não existe razão para se privilegiar o conhecimento que homens e mulheres da sociedade possuem acerca da natureza e da vida, em troca do conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria. Tendo como base o prestígio dado as comunidades científicas em detrimento do conhecimento do senso comum, Rousseau questiona até que ponto todos os conhecimentos adquiridos e retidos até os dias de hoje, serão úteis para aperfeiçoar a vida em sociedade, e o mesmo responde negativamente a essa questão. Morin (1998) faz referência a Wittgenstein que descobriu as riquezas da linguagem originária e os trabalhos de Jean-Blaize Grize e salienta que ambos mostraram a complexidade e a importância do senso comum. Poincaré citado em Aranha e Martins (1993) foi um pensador que afirmava que as teorias não seriam nem verdadeiras, nem falsas, mas úteis, em outras palavras, quis demonstrar que a crença na infalibilidade da ciência seria uma ilusão. Portanto, aproximam-se momentos em que é preciso romper com a nova ordem vigente em face de todo conhecimento científico tido como válido. O vocábulo romper permite reportar-se ao vocábulo paradigma, que segundo Morin (1998, citado em Neubern 2000), seria aquilo que determina a formação de idéias-chaves e conceitos mestres favorecendo, portanto, uma visão da realidade como sendo certa e determinante. São nos momentos comumente caracterizados como de “crise” que se vislumbra uma possibilidade de renovação, mudança, ruptura. É em cima desse contexto de crise, que Thomas Kuhn (citado em Prigogine, 1996) estabelece que as mudanças de paradigma são os resultados de contradições entre as previsões teóricas e os dados experimentais e que quando isso se sucede produz-se uma crise da qual emerge um novo paradigma que driblará todas as contradições.

Em relação à crise profunda que hoje vivenciamos, Santos (2003) a denomina como uma crise irreversível que teve seu auge no período de revolução científica com Einstein e a mecânica quântica. Em razão deste período revolucionário pode-se especular acerca do paradigma que emergirá, e que colidirá com as distinções

básicas em que se assenta o paradigma dominante/simplificador. Segundo o autor, Einstein foi o primeiro co-responsável pela ruptura no paradigma dominante, pois demonstrou que a simultaneidade de acontecimentos distantes não pode ser verificada, podendo ser apenas definida, ou seja, a simultaneidade universal deixou de existir fazendo cair por terra o tempo e o espaço absolutos de Newton. Ao apontar a segunda condição teórica da crise de paradigma, Santos (2003) acrescenta que se Einstein relativizou o rigor das leis de Newton no domínio da astrofísica, a mecânica quântica fê-lo no domínio da microfísica. Partindo das descobertas De Broglie (considerava o elétron um sistema ondulatório) no campo da física quântica, Heisenberg formulou o *princípio da incerteza* que segundo esse princípio, seria impossível determinar simultaneamente e com igual precisão a localização e a velocidade de um elétron. (Aranha & Martins, 1993). Heisenberg e Bohr demonstraram então, que não seria possível observar ou medir um objeto sem que se interferisse ou alterasse o mesmo, sendo que o objeto que sai desse processo não é o mesmo que lá entrou (Santos, 2003).

O *Princípio da Incerteza* implica em dizer, portanto, que não conhecemos do real senão o que nele introduzimos, e como afirmou Santos (2003), esse princípio constitui-se na demonstração da interferência estrutural do sujeito no objeto observado. O autor expõe a limitação do conhecimento no que diz respeito ao acesso restrito apenas a resultados aproximados, e identifica a inviabilidade de pregar o determinismo mecanicista, pois, “a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir” (p.44). Além dessas implicações, verifica-se que a distinção sujeito/objeto perde seus contornos dicotômicos e assume a forma de um continuum (Santos, 2003). Morin (1998) discute essa questão e acrescenta que o conhecimento é subjetivo/objetivo, que pode assimilar os fenômenos ao combinar princípios da ordem/desordem/interação/organização, mas que continua sendo uma incerteza insondável quando à natureza última desse mundo. Em outras palavras segue-se que: “Nosso mundo faz parte de nossa visão de mundo, o qual faz parte de nosso mundo” (Morin, 1998, p.223).

A terceira condição da crise de paradigma assenta-se nos rigores das medições matemáticas, onde Godel (citado em Santos, 2003) formula o teorema da

incompletude e os teoremas sobre a impossibilidade. Esses teoremas implicam em dizer que mesmo seguindo à risca as regras da lógica matemática, é possível formular proposições que não se podem nem demonstrar nem mesmo refutar e, uma dessas proposições postula a existência do caráter não-contraditório do sistema. Dessa maneira torna-se possível não só questionar o rigor da matemática como também redefiní-lo enquanto forma de rigor alternativo, uma forma de rigor cujas condições de êxito na ciência moderna não podem continuar a ser concebidas como naturais e óbvias (Santos, 2003). Parece que a ciência moderna abriu diálogo com a incerteza e com a incompletude, em que os grandes teoremas posteriores ao de Godel, unem incompletude lógica do pensamento, a incompletude empírica do saber (Morin, 1998).

Santos (2003) formula a quarta condição teórica da crise do paradigma newtoniano que consistiria nos avanços do conhecimento nos domínios da microfísica, química e biologia e, exemplifica para isso, o físico-químico Ilya Prigogine que descreveu a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da *ordem através das flutuações*. Segue abaixo a descrição de Santos (2003) em que o mesmo se refere a essa teoria:

“A teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem através das flutuações estabelecem que em sistemas abertos, ou seja, em sistemas que funcionam nas margens da estabilidade, a evolução explica-se por flutuações de energia que em determinados momentos, nunca inteiramente previsíveis, desencadeiam espontaneamente reações que, por via de mecanismos não lineares, pressionam o sistema para além de um limite máximo de instabilidade e o conduzem a um novo estado macroscópico... deste modo a irreversibilidade nos sistemas abertos significa que estes são produto da sua história” (p.47).

Essa teoria pressupõe uma nova concepção da matéria e da natureza em que, em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente. É importante salientar que isso faz parte de um movimento que perpassa desde as ciências da

natureza até as ciências sociais definindo a crise do paradigma dominante/simplificador e propiciando uma reflexão epistemológica sobre o conhecimento científico atual (Santos, 2003).

Todo o progresso vivenciado hoje permite entrever a complexidade da partícula subatômica, da realidade cósmica, e os próprios progressos da biologia e foi dessa forma que o desenvolvimento dos conhecimentos científicos colocou em crise a cientificidade que suscitara esse desenvolvimento. Nessa perspectiva, Morin (1998) expõe que aparece nas ciências uma problemática da complexidade, que deve animar uma busca dos modos de inteligibilidade adequados a essa conjuntura. A psicologia, por exemplo, em numerosos de seus setores, ainda apresenta um homem do século passado singularmente estonteado frente ao novo mundo descortinado pela física moderna (Neubern, 2000). É imperativa a reformulação no nível epistemológico em que a criticada noção objetiva seja substituída por um conhecimento construído, seja nos cenários sociais, seja por uma relação dialética e complexa com o real que envolve indivíduos e comunidades. (Gonzalez Rey, 1997; Mahoney, 1991; Guidano, 1994; Morin 1991/1998 citado em Neubern, 2000).

Essa reformulação no nível epistemológico segundo Bachelard (1996; citado em Neubern, 1999) deve abranger a dimensão subjetiva de forma a permear diferentes níveis, tais como o do sujeito, das comunidades científicas em suas inúmeras interações sociais, as dimensões ideológicas, sócio-políticas, etc. Nesse contexto, a noção de obstáculo epistemológico de Bachelard (1996; citado em Neubern, 1999) sugere que o *conhecimento unitário* baseado em um princípio único de explicação da natureza em que todas as dificuldades se resolvem de modo harmônico, homogêneo e tutelar acabam por anular as singularidades, as hostilidades e contradições da experiência; e em relação ao *conhecimento geral* em que uma mesma noção (no caso a de sistema) generaliza-se para diferentes situações e impede um diálogo com as dimensões singulares revela a busca do geral e seu afastamento do contextual e histórico (Neubern, 1999). Conforme o próprio Bachelard (citado em Neubern, 1999):

“É assim que, em todas as ciências rigorosas, um pensamento inquieto desconfia das *identidades* mais ou menos aparentes e exige sem cessar mais precisão e, por conseguinte, mais ocasiões de

distinguir. Precisar, retificar, diversificar são tipos de pensamentos dinâmicos que fogem da certeza e da unidade, e que encontram nos sistemas homogêneos mais obstáculos do que estímulo” (p. 21)

2.2 – Emergência da Complexidade

“... a reflexão em torno do pensamento complexo implica de imediato na idéia de que o conhecimento é necessariamente uma questão de aventura, uma vez que tal processo remete seus protagonistas a numerosos embates, riscos e conseqüências, mas também a jornadas permeadas pela paixão, pelos sonhos e desejos” (Neubern, 1999, p.163).

Até o momento, discorreu-se sobre o problema da simplificação nas ciências, nas teorias psicológicas e na forma de se conceber a subjetividade humana como um processo marginalizado e de caráter não especulado de forma adequada. Em cima dessa constatação, insere-se a importância de se discutir a relevância dos processos subjetivos e cabe igualmente refletir sobre as possibilidades em se considerar uma dimensão tal, que abarque uma forma de pensar complexa que leve a explorar e a questionar a ordem, a desordem, a regularidade e a irregularidade. Para tanto, é preciso assegurar que não existe uma receita pronta e acabada, pois o desafio maior encontra-se justamente na discussão da complexidade que em si é uma tentativa de articulação da diferença e integração do desconhecido e impreciso. Partindo desse pressuposto, Neubern (1999) afirma a necessidade de se reportar ao termo *“complexus”* e o define da seguinte maneira: “O termo *complexus* refere-se ao que é tecido conjuntamente formando um todo, que apresenta propriedades emergentes além das partes e retroage sobre elas, mas que não absorve ou elimina suas propriedades particulares” (p.115). Morin (1998) reconhece que o termo complexo é geralmente o complicado, o imbricado, o confuso e, portanto o que não pode ser descrito, dado o número excessivo de medidas necessárias a essa descrição. O autor faz referência a René Thom que proferiu a seguinte frase: “Finalmente, não é impossível que a ciência esteja próxima, desde já, de suas últimas possibilidades de descrição completa. O indescritível está agora nas nossas portas e é preciso aceitar o desafio” (p. 232). É precisamente essa noção de incompletude que deve ser levada em consideração para que se possa atingir uma compreensão desvinculada do reducionismo e da apreensão limitada dos conceitos.

No que diz respeito a algumas idéias já discutidas no conceito de ciência, Morin (1998) sustenta uma postura crítica, quando diz que "... o notável é que a ciência não só contém postulados e *themata*² não-científicos, mas que estes são necessários para a constituição do próprio saber científico, isto é, que é preciso a não-cientificidade para produzir a cientificidade" (p.59). Dessa maneira o autor revoluciona o conceito de ciência escapando do reducionismo, dos conceitos rígidos e sistematizados e a compreende de forma abrangente, conceituando-a como um fenômeno que envolve a cultura, a sociedade e o mundo. Para retratar essa concepção mais ampla, Morin (1998) designou a ciência como auto-ecoprodutora, que segundo o autor "ela se auto-ecoproduz, já que sua ecologia é a cultura" não existindo, portanto, um fato puro isolável que não perpassasse pela lógica, linguagem, paradigmas, metafísica, teoria, cooperação, oposições e consenso. Dessa maneira é preciso acrescentar que os conhecimentos científicos devem ser concebidos como "processos estritamente ligados ao seu ecossistema, em que, além da cultura e sociedade, se inscreve também a noosfera, de maneira que dito ecossistema consiste ao mesmo tempo em um processo e contexto históricos, variado e heterogêneo, habitado por múltiplas formas de existência - como as idéias e mitos" (Neubern, 1999, p.166).

Morin (1998) salienta que reconhecer uma ignorância e uma incerteza constitui progresso, e esse pensamento simboliza a postura mais adequada, pois viabiliza ter uma visão progressiva da ciência em oposição ao pensamento simplificador que promove a separação do sujeito do objeto. É através do questionamento contínuo que se rompe com as noções preponderantes na Psicologia, e de fato fica evidente que a ciência não é o retrato fiel da realidade, pois como afirmou Neubern (2000), a ciência remonta mais a uma construção, ao mesmo tempo individual e coletiva, que gera realidades na forma de conceitos, cosmovisões e pressupostos. Morin (1983) citado em Neubern (2000) assinala:

"Em outras palavras, esse tipo de discussão abre espaço para que se conceba a ciência não como um monumento erigido à objetividade sem máculas, mas à uma obra humana, histórica e socialmente construída que

² Uma *themata* é uma preconcepção fundamental, estável, largamente difundida e que não se pode reduzir diretamente à observação ou ao cálculo analítico do qual não deriva (MORIN, 1988).

implica em considerar a própria objetividade como um momento construído intersubjetivamente” (p.4).

Ao agregar o conceito de paradigma da complexidade, que ao mesmo tempo separa e associa, e concebe níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais, Morin (1998) - em contraste com as idéias de Descartes que parte de um princípio simples de verdade - procura um método que não se revela por nenhuma evidência empírica e nem encerre o real numa caixa ou sistema coerente de idéias. O autor acrescenta que o método da complexidade pede uma abordagem dos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrar-se as esferas fechadas, para restabelecer as articulações entre o que foi separado, para tentar compreender a multidimensionalidade, para pensar na singularidade com a localidade, com a temporalidade e para não esquecer as totalidades integradoras. Entretanto, conforme afirma Neubern (1999), apesar das diversas contribuições do autor, as tendências em psicologia parecem não ter ainda logrado uma integração nesse nível no que se refere à subjetividade humana, sendo que talvez a epistemologia qualitativa se constitua em uma das poucas exceções quanto a isso.

Neubern (1999) revela que a condição do diálogo é indispensável para a civilização das idéias, refletindo para as possibilidades de contato com outras formas de conhecimento tais como o senso-comum, o mito, a religião, a arte e a filosofia que certamente trarão consideráveis contribuições para a psicologia. Ao inserir com propriedade a importância do conhecimento formal, o autor inclui o caráter fundamental do conhecimento informal, conhecimentos estes inerentes a qualquer cultura e desse modo cita o seguinte:

“Um cientista que se permite excursões sobre esses outros campos num espírito de aventura, conforme ressaltado, incrementa sua própria subjetividade com experiências distintas das habituais na academia e pode por isso mesmo enriquecer suas construções, não apenas quanto à qualidade das mesmas, mas também quanto aos valores e compromissos sociais que passa a assumir” (p.167).

O autor vai além ao contemplar o conceito de complexidade enfatizando que é um conceito dependente do conceito de diferença, de modo que uma

compreensão mais abrangente da psicologia depende da condição de que suas diversas fontes não se descaracterizem em um sistema fechado, ou seja, homogêneo. Desse modo, mesmo compreendendo o paradigma atual e as exigências dos objetos de estudo desta ciência, fica evidente que um único sistema de idéias, ou uma única perspectiva de pensamento não pode abarcar a complexidade dos múltiplos processos subjetivos e psíquicos (Neubern, 1999). A ambição da complexidade tende ao conhecimento multidimensional, ou seja, almeja respeitar a pluralidade de modo que a dificuldade maior está na tentativa de responder ao desafio da incerteza e da dificuldade (Morin, 1998). Apesar das contribuições para uma nova forma de conceber uma via de pensamento que contemple a complexidade, em detrimento do pensamento reducionista, persiste no meio científico, uma forte atração na manutenção de um *status quo*, ou seja, "... a opção por formas de pensamento reconhecidamente caducas e enrijecidas (mas consagradas!) tem sido muito mais comum que as incursões entre outros conjuntos de idéias" (Neubern, 199, p.164). O autor aponta alguns dos possíveis fatores responsáveis por essa insistência no paradigma dominante quando diz:

"De um ponto de vista subjetivo, semelhantes opções são altamente compreensíveis, pois numerosos sentidos podem se organizar em torno dos diversos tipos de construções (status social, por exemplo) e retornos (como financeiro) que a escolha por um sistema de idéias consagrado pode proporcionar. As próprias condições de financiamento de pesquisa, principalmente em países como o Brasil, parecem apontar com nitidez que suas organizações não se encontram disponíveis para o financiamento de aventureiros... as opções pelo consagrado consistem na falta de opção por outros sistemas de idéias, já que as possíveis alternativas parecem se concentrar em torno de circunstâncias exíguas, incertas ou até mesmo inexistentes" (p.164).

O paradigma da complexidade instiga a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade de toda entidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou a homogeneizar em indistinta totalidade (Morin, 1998). A essência do paradigma da complexidade consiste realmente em um desafio

inacabado de diálogo com o real ao invés de uma proposta pretensiosa de explicação absoluta de tudo, ou seja, pode-se estabelecer uma investigação, marcada com constantes reformulações de pensamento e integração dos indicadores do real, sobre muitos pontos e mesmo aqueles com os quais não se encontram condições de diálogo, já se obtém com isso importantes informações, pois o conhecimento dos limites, a humildade diante daquilo que é inacessível (mesmo que momentaneamente) consiste em uma forma de progresso (Neubern, 1999). Para que seja possível a evolução em qualquer domínio da vida, seja no âmbito social, científico, pessoal ou profissional, o indivíduo deve-se cercear de uma postura de humildade, pois será ela que permitirá a transcendência do nebuloso para o luminoso. Despir-se da arrogância é um trabalho árduo que envolve uma cultura que preconiza o determinismo universal, e essa renovação de atitude consiste em um grandioso passo rumo à complexidade.

2.3 – Perspectivas complexas no Estudo das Emoções

“Uma vez que se integra a sistemas, a emoção não deve ser isolada como unidade de estudo numa postura atomizadora, mas buscada em suas múltiplas interligações, com os demais componentes subjetivos, como as necessidades, as demais emoções, os sentidos subjetivos e as construções cognitivas dos sujeitos” (Neubern, 1999).

A discussão epistemológica em torno da emoção passa por uma herança científica em que, apesar dos significativos avanços, parece não reconhecê-la enquanto uma dimensão subjetiva com relativa autonomia no seio de numerosos sistemas de interação, constantemente reconstruídos. As principais simplificações referentes ao estudo das emoções revelaram as inúmeras disjunções em que a emoção foi submetida, ou seja, foi isolada dos processos subjetivos para ser convertida em um átomo e mutilada em suas numerosas características, tais como no seu caráter processual e nas demais articulações. Sendo assim, um dos problemas epistemológicos levantados para a discussão do trabalho reside nas possibilidades de uma compreensão complexa da emoção. Conforme exposto anteriormente, entende-se que as emoções não foram concebidas como sua dimensão própria com relativa autonomia, mas foi considerada como um subproduto de outras dimensões, tais como o pensamento, as respostas corporais e o sistema nervoso. Para que fosse caracterizada como objeto de estudo científico, a regularidade, a generalidade, a materialidade, o substancialismo e os processos

psicométricos, foram condições valorizadas que em grande medida, proporcionaram uma compreensão empobrecida das emoções e de suas zonas de sentido fundamentais.

Hoje, as perspectivas construtivistas sobressaem-se como movimentos mais recentes na psicologia, pois rompem com uma compreensão de foco positivista e empirista em que o conhecimento poderia ser obtido independente do sujeito observador. O termo construtivista deriva da palavra latina “construere” que significa interpretar ou analisar, com ênfase na construção ativa e pessoal de um significado em particular e sua característica mais singular refere-se ao papel da realidade na construção da experiência do sujeito (Mahoney, 1998). As construções dos sujeitos são compreendidas enquanto processos estritamente ligados ao seu campo relacional permeado pela qualificação de suas experiências anteriores onde a validade do conhecimento é marcada pela consistência interna das construções e pelo consenso social entre os pesquisadores (Neubern, 1999). Existem diversas ramificações do construtivismo em que se discutem a questão do conhecimento e suas relações com o real. Uma dessas ramificações é o construtivismo radical, representado por Heins von Foerster, Ernst von Glasersfeld, Humberto Maturana, Francisco Varela e Paul Watzlawick e esses autores apresentam uma argumentação em que prevêem a inexistência de uma realidade, a não ser a da própria experiência pessoal (Mahoney, 1998). Dessa maneira evidencia-se a radicalidade dessa postura no que diz respeito ao rompimento de qualquer pensamento que preconize acesso a um real ontológico distinto da experiência do sujeito (Neubern, 1999). Ao se afirmar, portanto, que a realidade é total e completamente construída pelo indivíduo é o equivalente a subscrever o solipsismo³ (Mahoney, 1998).

De fato, observa-se que o construtivismo radical atribui ordem à realidade externa, restringindo o problema epistemológico a uma questão individual e intelectual. Sob a ótica de Maturana (1995, citado em Neubern, 1999), as emoções foram enquadradas em um plano biológico e, em alguns momentos, atrelada a construções lingüísticas, caracterizando-as como disposições corporais para um agir, e desse modo “... uma emoção como o amor delimita um campo para o

³ “O solipsismo é a doutrina segundo a qual a mente individual do ser humano não possui nenhum motivo para acreditar na existência de qualquer coisa que não ela mesma” (Mahoney, 1998, p. 113).

surgimento dos demais atos do sujeito (atos como pensamento, gestos físicos, palavras) que muitas vezes podem inviabilizar as tentativas de comunicação com a pessoa apaixonada, mesmo que a situação em que se envolve implique em riscos para ela” (Neubern, 1999, p.34). González Rey (2003) afirma que Maturana estabelece uma relação entre a emoção e a ação que qualifica culturalmente a emoção sem condicionar sua aparição de forma linear em um sistema significado. O construtivismo radical avança no sentido de considerar o sujeito ativo e de levar em consideração o universo da experiência como cenário das construções, porém, carece de uma abordagem que aprecie as emoções tanto do ponto de vista teórico como do epistemológico. Em suma, privilegia-se o cognitivo como a dimensão do conhecimento e nesse cenário, as emoções passam a ser caracterizadas como uma disposição biológica que mobiliza para um campo específico de ações para outro cognitivo, em que tais ações poderão ser qualificadas deixando de enfatizar as dimensões próprias ao processo emocional enquanto subjetivo que não se reduz ao biológico, nem ao intelecto (Neubern, 1999).

Já o construtivismo crítico apresenta uma postura mais flexível ao admitir a influência da realidade na experiência do sujeito, e que apesar de o real não determinar os processos internos da experiência, ele pode impor limitações ao grau de viabilidade das construções (Neubern, 1999). Seus principais representantes incluem Guidano, Hayek, Kelly, Mahoney, Piaget e Weimer, e os mesmos afirmam que o indivíduo não é um produtor solitário e auto-suficiente da própria experiência (Mahoney, 1998). O autor confirma essa visão da seguinte maneira: “embora possamos ser prisioneiros de nossos próprios padrões de ordenação da experiência, não deveríamos ser tolos o suficiente para negarmos o mundo que existe para além do nosso acesso perceptivo imediato” (p.113). Mahoney (1998) propõe que as emoções sejam qualificadas no cenário do self, com suas relações sociais em um processo contínuo de construção e reconstrução de significados, inserindo-as no contexto histórico da realidade pessoal dos sujeitos, em um nível estrutural profundo e dentre esses processos, pode-se citar: os de valência (emocionais e motivacionais), os de realidade (com as construções referentes à ordem e verdade), os de identidade (construções sobre o self e sua integração) e os de poder (relativo a controle e habilidades). O autor descreve que as emoções estão em estreita relação com as crenças e os comportamentos e que nem sempre são facilmente

expressas; estão relacionadas com as crises decorrentes das necessidades de novos padrões de relação e organização interna; constituem um dos pontos fundamentais para o processo de mudança que dificilmente pode se dar sem uma modificação no nível emocional além de apontar que as emoções não devem ser compreendidas apenas no sentido de uma irracionalidade, pois também acompanham os processos mais elaborados do pensamento.

Abraçando uma perspectiva dialética do construtivismo Greenberg, Rice e Elliott (1996) consideram as emoções como uma espécie de encontro da mente, do corpo, da cultura, do meio e da conduta. Eles consideram as emoções primárias como surpresa, felicidade, ira, tristeza, temor como disposições inatas para a ação e que estão biologicamente relacionadas à adaptação e à sobrevivência. No entanto, os autores pecam ao defender um caráter universal das emoções além de associá-las a expressões faciais, padrões neuroendócrinos e localizações cerebrais. Eles ainda consideram que as experiências emocionais implicam na integração de vários níveis de informação e citam que os sentimentos, conscientemente experimentados, são deste modo uma síntese completa das várias fontes de informação. Conforme notou Neubern (1999), o construtivismo partiu para diversos níveis de processamento cognitivo não permitindo conceber a emoção isolada dos processos cognitivos ou a cognição isolada do emocional. A crítica maior recai, portanto, na supervalorização do cognitivo conforme a citação abaixo:

“Pode-se acrescentar que a grande ênfase atribuída ao cognitivo consciente parece desembocar na desconsideração de importantes zonas de sentido além da consciência e não necessariamente primitivas do processo emocional, como também na atribuição do cognitivo consciente como o gerenciador de controle central e último da subjetividade humana” (Neubern, 1999, p.35).

No movimento pós-moderno, as emoções serão qualificadas em função das construções sociais e lingüísticas (Hoffman, 1992; Gergen, 1996; citado em Neubern, 1999) levando em consideração que os termos utilizados para se nomear as emoções remontam a todo um processo cultural. A tarefa pós-moderna não consiste em identificar as emoções, mas em considerá-las no contexto relacional em que são construídos seus significados, em afirmar que a experiência emocional é uma

construção que ocorre no seio cultural, tanto em seu nível discursivo, como pragmático e dessa maneira a experiência emocional não se reduz a propriedades universais ou biológicas. Em suma, as construções sócio-culturais e discursivas remetem tanto ao vocabulário histórico sobre as emoções, como às próprias dimensões pragmáticas em que tal processo se envolve. (Neubern, 1999).

Dessa maneira a proposta pós-moderna passa a ser preferível àquelas de influência empirista em que as palavras parecem corresponder a coisas externas, independentes dos processos históricos e das tramas sociais (Neubern, 1999). O autor faz referência a essa característica dizendo que “as tentativas de identificação das emoções implicam em diversos problemas, pois parecem remontar a essas realidades como se buscassem apreendê-las, de maneira que, ao nomeá-las, não concebem qualquer tipo de diálogo com elas” (p.141). Essa descaracterização inerente das emoções conduz a uma perda de sua diversidade e de suas próprias sutilezas, pois a mesma passa a ser concebida enquanto um atributo, número ou categorias específicas e essas tentativas de nomeá-las implica na impossibilidade de se idealizar qualquer tipo de diálogo com elas. Neubern (1999) discute a contribuição do pós-modernismo, ao dizer que este movimento resgata a necessidade de um uso pragmático dos termos, e que concebe uma realidade envolvendo a singularidade dos momentos que envolvem a emoção e a especificidade de seu acontecer.

Na proposta construcionista de Gergen (1996, citado em Neubern, 1999), as emoções inscrevem-se em uma comunidade que produz modos de convenção relacional onde as pautas interativas são qualificadas. Dessa maneira, o pilar sustentador da pós-modernidade é a multiplicidade da dimensão emocional e a inclusão da pauta interativa imersa nos jogos culturais, que busca um enfoque contrário às reduções atomistas, trazendo para a discussão, o contexto micro-social e amplo em que ela se inscreve, não permitindo uma visão linear de causa e efeito entre os processos emocionais e os demais processos subjetivos (Neubern, 1999). No entanto, o autor levanta a problemática das propostas pós-modernas quando diz:

“... ao preocupar-se em não identificar emoções, as propostas pós-modernas não especificam com clareza seu papel no cenário social, o que se liga com a sua redução aos processos do discurso. Da mesma forma, preconizando um self exclusivamente relacional, rompe com a possibilidade de incluir a

dimensão do sujeito, simultaneamente dependente e autônomo do social, como um importante cenário de qualificação do emocional” (p.41).

Além dessa lacuna, o autor aponta outras críticas relativas ao movimento pós-moderno no que diz respeito à ruptura direta com o conhecimento linear e isomórfico com o real (quando desconsidera uma realidade que não se esgote no discurso), o que implicou na exclusão de qualquer outra opção de conhecimento que incluísse uma dimensão ontológica do real. Neubern (2000) aponta que ao se delimitar a atomização das unidades básicas, foram excluídas as múltiplas interações que as emoções desempenhavam com os demais sistemas subjetivos em que implicavam em irregularidades, contradições (ao invés da unidade buscada) e imprevisibilidade (ao invés das caras noções de controle e previsão).

Em relação ao conceito complexo de subjetividade proposto por Gonzalez Rey (1997) o autor pressupõe que suas múltiplas facetas implicam nos variados momentos de sua expressão que permeiam a dialética indivíduo-social. Dessa maneira, isso implica em vários componentes da subjetividade social que extrapolam o indivíduo e encontram-se além da sua organização subjetiva, embora mantendo relação de influência com a mesma, mas por outro lado, nesse interjogo relacional o sujeito desenvolve uma organização própria, auto-regulada quanto às influências sociais, também marcadas por considerável flexibilidade na integração complexa de seus sistemas de configurações (Neubern, 1999). A teorização sobre a subjetividade implica em uma noção de emergência entre dimensões distintas – corpo, biológico, subjetividade, sujeito – que mesmo entrelaçadas entre si e com relativa dependência mútua, não se esgotam uma nas outras além de possuírem relativa autonomia entre si, pois a subjetividade é complexa, multifacetada e integra dimensões opostas (Neubern, 2000). Reunindo de maneira prodigiosa as principais características da emoção, o autor apresenta um conceito integrativo e completo da mesma, apontando:

“Possuem um substrato biológico e se constituem enquanto ontologias subjetivas ao longo do desenvolvimento do sujeito que se dá em sua interação com o social. São nesse sentido, internas, mas ligam-se de forma não linear com o espaço social. Compõem também de um sistema interativo que implica na constituição de um sistema emocional, isto é, da conexão sistêmica das

emoções individuais. São reconhecidas dentro de um discurso cultural que permite com que sejam designadas e construídas ao longo de seu processo” (Neubern, 2000, p. 10).

Além dessas considerações essenciais para uma compreensão profunda das emoções, o autor acrescenta que elas (integradas no cenário subjetivo) apontam para articulações com os demais processos dentro de um percurso histórico e irreversível, mantendo um espaço de integração que não anula uma dimensão em função de outra, mas que permite a emergência de zonas de sentido mais complexas. Nesse ponto fundamental, González Rey (1997) agrega valor ao estudo das emoções que transcende o paradigma da simplificação, ao dizer:

“... ao se vislumbrar uma integração ao invés da redução, a articulação ao invés da disjunção, o diverso que permite um todo, mas que não anula, o particular e o irreversível dentro de um processo histórico... importantes perspectivas são abertas quanto à instauração de uma nova forma de pensar” (Neubern, 2000, p. 11).

As emoções representam a unidade essencial da constituição das necessidades⁴ e aparecem simultaneamente como resultados de necessidades que as precedem, portanto, são ao mesmo tempo constitutivas e constituintes das necessidades. Estas necessidades se organizam no contexto complexo das relações humanas atravessadas pela cultura e passam a ser uma expressão qualitativa destas relações, que não podem ser reduzidas à linguagem que é somente uma das dimensões constituintes daquela. (González Rey, 1999/2000). Além disso, o autor acrescenta que em cada momento de expressão social do homem produzem-se uma infinidade de emoções que representam uma síntese complexa das necessidades constituídas da personalidade e das condições específicas de sua expressão atual, e que as emoções que surgem, podem gerar um novo estado dinâmico, diferente do que a precedeu, convertendo-se dessa maneira, em uma nova necessidade. A partir dessa premissa, o autor, assegura que as necessidades são realidades processuais em constante desenvolvimento e são uma parte essencial do caráter auto-regulador

⁴ “A necessidade é o estado afetivo que aparece pela integração de um conjunto de emoções de diferentes procedências no curso de uma relação ou de uma atividade realizada pelo sujeito” (GONZÁLEZ REY, 2003, p.245).

da subjetividade. Ou seja, a subjetividade é uma entidade que se encontra distante do equilíbrio caracterizando-se em um sistema irreduzível, onde por sua vez, emerge seu caráter histórico. As emoções são constitutivas da realidade humana e não apenas um efeito de realidades ou sistemas externos a elas. O interno e o externo interceptam-se em uma realidade diferente, o que conduz a afirmação de que a subjetividade existe de forma simultânea nas configurações⁵ da personalidade e dos processos que caracterizam o espaço interativo do sujeito em seus diferentes momentos de ação, dentro dos quais as configurações subjetivas que leva a constituição do sentido subjetivo desses espaços, reconstituem-se neles, o que torna impossível a separação de seus momentos interno-externo e social-individual (Gonzalez Rey, 1999). González Rey (2003) engloba as emoções de forma a retratar seu complexo papel no sujeito humano, salientando que elas, como verdadeiras unidades, representam estados de ativação psíquica e fisiológica resultantes de complexos registros do organismo, ante o social, o psíquico e o fisiológico correspondendo a um dos mais importantes registros da subjetividade humana.

O autor compreende que uma das maiores dificuldades no estudo psicológico das emoções encontra-se na incapacidade de melindrar-se de uma concepção biológica da psique para uma compreensão cultural, subjetiva, dentro da qual as emoções não aparecem só como momento de expressões da pessoa diante de estados biológicos, mas sim associadas a estados subjetivos. O autor considera o seguinte:

“A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda ação, ou seja, as emoções estão estreitamente associadas às ações, por meio das quais caracterizam o sujeito no espaço de suas relações sociais, entrando assim no cenário da cultura. O emocionar-se é uma condição da atividade humana dentro do domínio da cultura, o que por sua vez se vê na gênese cultural das emoções humanas” (p.242).

Nesse contexto, conforme assinala Neubern (2000), é fundamental considerar o aspecto epistemológico, teórico e metodológico que permita as

⁵ “Configurações são formas plurideterminadas de organização que não se caracterizam pelo equilíbrio, mas pelo movimento e nas quais os diferentes processos e estados implicados têm uma relação de recursividade, ou seja, que os elementos e sistemas que em determinado momento atuam como resultado são essenciais para o desenvolvimento de suas próprias causas” (GONZÁLEZ REY, 2000, p.28).

distintas expressões subjetivas em que as emoções se organizam para serem qualificadas em uma linguagem coerente com sua complexidade. Segundo o autor, “implica em um diálogo inacabado e emocionalmente vinculado que não descaracterize seus sentidos singulares nesses processos” (p. 05). Essa nova maneira de compreensão permite relativizar a antiga visão sujeito-objeto, em virtude de a própria subjetividade do pesquisador, passar a ser explorada e de constituir no desafio de uma zona de sentido da empresa científica (Elkaim, 1989/1990; Neubern, 1999; Morin, 1991/1998 citado em Neubern 2000). O autor imprime a importância desse diálogo no estudo das emoções:

“A proposta de diálogo apresenta, assim, diferenças marcantes quanto a uma tentativa de identificar as emoções, o que poderia consistir em uma tarefa impossível, se considerassem as emoções como elementos atômicos e indivisíveis, passíveis de serem isolados das organizações subjetivas. As emoções, como dimensões complexas, integram-se na subjetividade também de forma complexa, o que exige por isso mesmo uma série de instrumentos conceituais para permitir sua compreensão” (Neubern, 1999, p.142).

González Rey (2000) fornece subsídios para uma abordagem cautelosa e complexa no que se refere a emocionalidade, frisando que esta é uma condição do sujeito humano que gera estados emocionais permanentemente. Acrescenta que o sujeito em sua trajetória produz sentidos e significações, tanto conscientes como inconscientes, que aparecem como elementos constituintes do desenvolvimento da personalidade e que, o sujeito tem um caráter interativo, intencional, emocional estando sempre comprometido com uma zona de sua experiência atual. Além disso, o autor acrescenta:

“A produção narrativa do sujeito com os outros, é um importante processo gerador de sentidos subjetivos, pois os processos de construção verbal da experiência são ao mesmo tempo produtores de emoções que se integram com as necessidades implicadas na produção narrativa” (p.35).

O problema das emoções só terá sentido diferente se for articulado dentro de um espaço macroteórico onde seja relacionado ao funcionamento psicológico como totalidade que não se defina de forma pontual ou parcial por meio de emoções concretas, que são visíveis em uma organização mais complexa: a subjetividade

(González Rey, 2003). De forma a superar a fragmentação histórica entre o cognitivo e o afetivo, o autor pontua a urgência de se considerar as emoções como expressão de sentido de todo processo ou configuração subjetivos, situando dessa maneira, a relação entre esses processos em uma nova qualidade da psique.

CONCLUSÃO

Em relação à contradição e a complexidade das emoções Neubern (1999) sinaliza que uma abordagem complexa do humano deve abranger uma nova construção do objeto de estudo - a subjetividade - o que inclui um resgate de questões fundamentais do sujeito humano, suas dimensões irregulares, imprevisíveis e contraditórias como também as diversas exigências necessárias para a relação com tal objeto de estudo. É nesse contexto que as reflexões sobre os processos emocionais enquanto dimensões subjetivas, revestem-se de considerável importância, devido às diversas rupturas que podem promover quanto aos paradigmas tradicionais de investigação psicológica. O processo científico, como verifica Neubern (2000) não toma a emoção como um processo em si que não se esgota em outros processos, mas como um processo da consciência a ser reduzido a unidades básicas isoladas entre si ou à suas bases fisiológicas. Todo esse discurso remonta as idéias de Morin (1998 citado em Neubern, 2000) em que o mesmo reflete a necessidade de se conceber a ciência não como um monumento erigido à objetividade, mas a uma obra humana, histórica e socialmente construída que implica em considerar a objetividade como um momento construído intersubjetivamente.

González Rey (2003) pronuncia sobre a grande limitação das diversas teorias na compreensão subjetiva dos processos psíquicos, e paralelamente a esse obstáculo o autor propõe uma nova forma de conceber a psicologia e a ciência por meio da integração e da articulação entre as teorias, até então irreconciliáveis. Essa nova forma de concepção por outro lado, teria que incluir a diversidade, o contraditório, ou seja, um campo epistemológico e metodológico alternativo que abarque a riqueza do caráter e da complexidade humana. A dimensão generalizadora das teorias é altamente incompatível com as múltiplas possibilidades de organizações subjetivas, primordialmente singulares. Apropriando-se de suas palavras, referente à crítica quanto à negligência da complexidade do sujeito, verifica-se que:

“A incapacidade que a psicologia tem demonstrado para produzir teorias cada vez mais complexas capazes de gerar o marco propício para o desenvolvimento de níveis macroteóricos, capazes de dar conta das

diferenças entre as teorias parciais e de integrar aspectos daquelas dentro de um momento explicativo qualitativamente diferente da psique, determina que até hoje a psicologia apareça como um mosaico de teorias diferentes, irreconciliáveis, situação que só poderá ser superada gerando teorias de maior amplitude” (p. 34).

No que se refere às emoções, cabe lembrar que estas são resultados de processos complexos que comprometem as necessidades precedentes, constituídas nas configurações da personalidade, emergentes da interação de cada sujeito concreto e, como resultado desses estados emocionais gerados nesse contexto relacional, surgem novas necessidades, que por sua vez, geram novos estados dinâmicos que passam a fazer parte das forças atuais do desenvolvimento da personalidade (González, 1999). Elas são por si mesmas, um fenômeno constituinte da subjetividade humana, e percorrer o caminho em direção à complexidade exige mudanças epistemológicas fundamentais, cuja investigação envolverá pressupostos distintos das noções deterministas, fixas e materialistas presentes em grande parte das escolas de psicologia. É de uma certa urgência estabelecer uma nova noção de relação da subjetividade com a realidade, que ao invés de ser apreendida de uma forma pretensamente finalista, o pesquisador deve dispor a um diálogo constante com ela, ou seja, que seja incapaz de esgotá-la de forma a favorecer a qualificação das informações que emergem desse diálogo (Neubern, 1999). Como o próprio autor assinala:

“O caráter complexo, processual e multifacetado da subjetividade é, dessa forma, um elemento fundamental para a continuidade das construções do pesquisador, pois a cada novo momento, novos indicadores surgem e podem levar à requalificação das construções anteriores ou à exploração de novas zonas de sentido, isto é, espaços do real que se tornam inteligíveis ao pensamento do pesquisador” (p.47).

As emoções não podem ser concebidas como uma entidade fixa e estável já que integraram-se a uma subjetividade complexa que envolve o indivíduo e o social, numa interação constante em que uma dimensão não esgota a outra. Elas não guardam uma relação linear com a linguagem, o que significa que as construções lingüísticas sobre a emoção não a esgotam, embora as construções

sejam sempre imbuídas de emoção, além do mais, as relações entre ambas são irregulares como se guardassem um espaço de tensão (Neubern, 1999). Conforme aponta o autor (p.52), devem-se incluir nas construções sobre a emoção as seguintes condições: a) não pretenderem esgotar o fenômeno, pois consiste em um processo, com a série de características já levantadas; b) consistirem em um processo que permita esse diálogo de caráter inacabado; c) buscarem envolver a motivação dos estudados, para que a investigação tenha cunho de autenticidade.

Enfim, o caráter irregular, processual e contraditório das emoções, exige a construção de instrumentos conceituais capazes de representar a sua complexidade, de tal forma que propicie uma reformulação do velho esquema determinista e mecanicista rumos à criação de um contexto epistemológico, teórico e metodológico que possibilite as diversas manifestações subjetivas em que as emoções se organizam, além de qualifica-la em uma linguagem condizente com sua complexidade. No entanto, conforme observa Neubern (2000), tal contexto implica em um dialogo inacabado e emocionalmente vinculado que não descaracterize seus sentidos singulares nesse processo.

No cenário da psicologia, a subjetividade – freqüentemente excluída como objeto de estudo – necessita ser requalificada e estudada em sua real dimensão de forma a distanciar-se da disjunção sujeito-objeto para passar a ser valorizada como objeto de estudo, pois ela é constituída e constituinte de todas as formas de comunicação humana e os sentidos subjetivos e as significações representam as formas de presença da realidade no mundo subjetivo do homem em cada momento histórico específico. Neste trabalho, intentou-se admitir a urgência de se estabelecer um diálogo entre as diferentes escolas da psicologia, de forma a gerar novas idéias e mudanças paradigmáticas fundamentais no pensamento simplificador que possibilite um distanciamento das concepções unívocas e exclusivistas para enfim, alcançar um nível de reformulação de pensamento que contemple a complexidade dos processos emocionais.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, A. L. M; MARTINS, P. H. M. Filosofando: Introdução à Filosofia 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993
- DAMASIO, R. A. O erro de Descartes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- FROMM, E. Ter ou Ser? 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- GONZÁLEZ REY, F La afectividad desde una perspectiva de la subjetividad. In Psicología: Teoria e Pesquisa, 1999
- GONZÁLEZ REY, F Epistemología Cualitativa e Subjetividad. Havana: ed. Academia, 1997
- GONZÁLEZ REY, F Problemas Epistemológicos de la Psicología. Havana: pueblo y educación, 1996
- GONZÁLEZ REY, F Sujeito e Subjetividade: Uma aproximação Histórico Cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003
- GONZÁLEZ REY, F Saúde e Subjetividade: Desafios para a investigação em Psicologia da saúde: Universitas Psicologia, 2000
- GREENBERG, L.; RICE, L. & ELLIOT, R. Facilitando el Cambio Emocional. Buenos Aires: Piados, 1996
- PRIGOGINE, I. O fim da Ciência? Em Fried-Schmitman, D. Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.(p.25-40). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996
- MAHONEY, M. J. Processos Humanos de Mudança. Porto Alegre: Artmed, 1998
- MORIN, E. Amor Poesia Sabedoria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a
- MORIN, E. Ciência com Consciência. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998
- NEUBERN, M. As Emoções como caminho para uma epistemologia complexa da psicologia. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2000
- NEUBERN, M. Fragmentos para uma compreensão Complexa da Terapia familiar: Diálogos Epistemológicos sobre as Emoções e a subjetividade no Sistema Terapêutico. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília, 1999
- NEUBERN, M. Três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia. Psicologia Reflexão e Crítica, 2001
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as Ciências. São Paulo: Cortez, 2003

SHULTZ, D. e SHULTZ, P. História da Psicologia Moderna. São Paulo: Pensamento, 1981